



Inflação de alimentos se estabiliza.

(Renato Antonio Henz – Economista da Gerência de Inteligência, Análise Econômica e Projetos Especiais – Geiap)

Com a divulgação pelo IBGE do IPCA de julho, calculado em 0,36%, observa-se uma nova recuperação do índice de preços, seguido da alta de 0,26% em junho. Com esta evolução dos preços praticamente neutraliza as significativas quedas observadas no auge dos efeitos da pandemia na economia, de -0,31% em abril e -0,38% em maio. Diante deste comportamento o IPCA acumulado nos últimos 12 meses passa a ser de 2,31%, ainda abaixo do limite inferior da meta de inflação para o ano de 2020, que é de 2,50%. Para o ano de 2020 o mercado, segundo o Relatório Focus, espera-se uma inflação de 1,63%, ou seja, só a política de estímulos monetários do Banco Central dificilmente conseguirá elevar a inflação ao limite inferior do intervalo da meta.

Para este mês de agosto o mercado já espera uma alta menor de 0,07%, e para setembro de 0,17%. Como esperado, a recuperação dos preços internacionais do petróleo, que aos poucos vão impactando nos preços do combustível no mercado interno e o início da reativação de alguns setores da economia já se refletiram nos preços de junho e julho. Por outro lado, os preços dos alimentos, depois de sucessivas altas em todo o período recente, agora em julho já se mostram próximos à estabilidade. Considerando as altas já observadas neste ano, espera-se que o grupo de alimentos se estabilize até o final deste exercício, podendo mesmo se constituir num fator de redução do Índice caso os fatores de pressão altista, tais como as cotação do dólar e os custos logísticos decorrentes das medidas sanitárias, venham a perder força. .

Na análise do IPCA de julho por grupo de produtos, o destaque foi o grupo “transportes”, com alta de 0,78% e impacto de 0,15 pontos percentuais no índice, refletindo a gradativa recuperação dos preços dos combustíveis, que acompanha a alta dos preços do petróleo e a reativação da demanda. Embora a alta do subgrupo combustíveis tenha sido de 3,12%, com a gasolina subindo 3,42% e o diesel 4,21%, o etanol, de interesse do setor agrícola, teve alta de apenas 0,72%. Seria importante uma recuperação mais forte dos preços, como forma de favorecer a rentabilidade de suas matérias-primas, ou seja, a cana-de-açúcar e o milho.

No grupo “alimentos e bebidas”, como já mencionado, foi observada uma estabilização do índice agregado do grupo, embora com comportamento bastante volátil em alguns produtos. O índice do grupo em julho foi de 0,01%, sendo que a alimentação em domicílio, que reflete de forma mais acurada os preços dos produtos agrícolas, subiu 0,14%. A alimentação fora do domicílio registrou queda de 0,29%, com a influência dos subitens “lanche” (0,86%) e “refeição” (0,06%), pressionando o índice do grupo para baixo.

Quanto à variação dos preços dos produtos que compõem o grupo, os destaques no impacto de alta vieram das carnes, com 3,68%, leite longa vida (3,79%), arroz (2,20%) e frutas (1,09%). De outro modo, sempre com comportamentos de maior volatilidade estão os produtos hortícolas. Apresentando reduções significativas estão a batata-inglesa (24,79%), cenoura (20,67%) e tomate (16,78%). Tal como no índice agregado do grupo, espera-se que o comportamento individual dos preços dos produtos agrícolas também se estabilize nos próximos meses.

No que se refere aos demais grupos, outros destaques de alta foram: “habitação”, com alta de 0,80% e impacto no IPCA de 0,13 pontos percentuais, e “artigos



de residência”, com alta de 0,90% e impacto de 0,03 pontos percentuais. Já no grupo “habitação”, a alta do índice foi atribuída, em grande medida, à revisão tarifária da energia elétrica em vários estados. Quanto ao grupo “artigos de residência”, a reativação do volume de compras com a gradual abertura deste tipo de comércio tem explicado a elevação do índice do grupo, estimulada pelos preços de artigos de tv, som, informática, eletrodomésticos e equipamentos.

Já no lado da pressão baixista, é preocupante para o setor produtor de algodão a queda de 0,52% no índice do grupo “vestuário”, sendo que julho é o terceiro mês consecutivo que registra quedas. A dificuldade da retomada do setor decorre das características do comércio deste tipo de produto, cujas compras pela internet são mais complexas, além das restrições impostas ao funcionamento das lojas, por exemplo proibição do uso de provadores. Também a queda do preço do petróleo, reduzindo o custo das fibras sintéticas concorrentes, é citado como fator de redução da demanda de fibras natural e de seus preços. No entanto, o setor deve se recuperar no futuro próximo, ainda que lentamente num primeiro momento, se beneficiando com a reativação da demanda que foi reprimida no período da pandemia e pelo aumento dos preços do petróleo.

No que concerne à inflação futura, como já indicado anteriormente, não se espera uma grande pressão altista. Sua evolução vai depender em grande medida do ritmo de retomada da atividade econômica. Embora já se registre sinais de lenta recuperação da economia, e mesmo se assinalando sistematicamente pequenas melhoras nas previsões para o PIB deste ano, ainda não será suficiente para se criar preocupações com a inflação até o final do ano. A redução da Selic para 2,00% na última reunião do Copom, encerrando o ciclo de flexibilização da política monetária, confirma esta percepção.

Neste sentido, no Relatório Focus de 12 de junho, o mais pessimista no período impactado pela pandemia, os agentes de mercado chegaram a estimar uma queda de 6,51% do PIB. No último Relatório, de 7 de agosto, no entanto, a estimativa de queda já havia sido reduzida para 5,62%. Embora os números oficiais do terceiro trimestre ainda não tenham sido divulgados, esta percepção de queda menor do PIB reflete a divulgação de alguns indicadores que estimam o desempenho recente da economia, tal como o Índice de Atividade Econômica-IAE publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com este indicador, a redução do PIB no segundo trimestre teria sido de 11,2%, ante o primeiro trimestre do ano, sendo que a maior queda foi registrada em abril. No mês de junho já teria sido observada uma pequena alta de 0,07%. Segundo o IAE da FGV, a queda do PIB nos últimos 12 meses teria sido de 2,2% e, no acumulado no primeiro semestre deste ano, de 5,8%. Outro indicador, a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, sinaliza que a produção industrial cresceu 8,9% em junho, em relação ao mês de maio. A divulgação destes dados explica esta melhora nas expectativas atuais do mercado, em relação àquelas divulgadas em junho.

De qualquer maneira, os esforços para atenuar a queda do PIB não são sem consequências para as contas públicas que, tal como esperado, registra piora significativa no cenário fiscal. Para se ter uma ideia deste impacto, em janeiro a dívida pública prevista para o final de 2020 era de 56,05% do PIB, e agora é de 67,50%. O déficit primário, sem o serviço da dívida, cuja previsão era de 1,10% do PIB, já passou para 11,66%. A previsão do déficit nominal, que considera o pagamento dos juros, que era de 6,10% do PIB, em janeiro, agora é de 15,25%. Para estes resultados contribuíram fatores, tanto pelo lado da receita, queda na arrecadação de impostos, como pelo lado



das despesas. Entre estas estão principalmente os aumentos de gastos com a saúde e os pagamentos do auxílio emergencial, em meio a rigidez dos gastos correntes e a manutenção do ritmo das obras públicas. Esta situação coloca o governo diante de um novo desafio: agir com um esforço redobrado para melhorar a situação fiscal, em meio às demandas de grandes investimentos em infraestrutura, inclusive aquelas do interesse da produção agrícola.

Ainda no que se refere a produção, cabe novamente destacar a contribuição do setor agrícola, cada vez mais reconhecida pela sociedade urbana, na produção de alimentos, matérias-primas, geração de empregos e de divisas. O 11º Levantamento de Safra da Conab, divulgado agora no início de agosto, vem confirmando o recorde de safra, apontando para uma produção de grãos de 253,7 milhões de toneladas -, quantidade 11,6 milhões superior (4,8%) à safra passada. Nunca é demais destacar que estes recordes de produção são acompanhados de ganhos de produtividade e de uso mais intensivo das terras já agricultáveis, por meio de uma segunda safra e, em alguns casos, até mesmo uma terceira safra, nas mesmas áreas de produção.

Embora o destaque no uso de uma mesma área de produção seja dado ao aspecto de o crescimento da produção se dar sem a necessidade de utilizar novas áreas, se contrapondo narrativa de que o aumento da produção implica na destruição do meio ambiente, outro aspecto relevante, este do ponto de vista econômico, também deve ser ressaltado: o uso mais intensivo de um fator, no caso a terra, tem consequências que vão além do aspecto ambiental. Deve-se considerar também que na produção agrícola, além da terra, se incorre em uso de outros fatores de produção, tais como estruturas físicas da propriedade, o maquinário, a mão de obra, a capacidade empresarial e os custos administrativos em geral, que o produtor incorre no processo produtivo.

Observa-se que grande parte destes recursos fica ociosa durante a maior parte do ano, uma vez que a produção deve se adequar a um calendário imposto pela natureza. No caso da indústria, por exemplo, todos os fatores de produção podem ser utilizados o ano inteiro, inclusive com mais de um turno diário, o que dilui os custos de produção pelo seu uso intensivo, com a consequente redução dos custos de cada unidade produzida. Já no caso da agricultura, os fatores que ficam em grande parte do ano ociosos, com uma segunda safra podem ser usados de forma mais eficiente, também reduzindo os custos de produção da propriedade.

Embora alguns maquinários agrícolas sejam específicos à produção de uma cultura, para o milho ou para a soja por exemplo, o sistema produtivo como um todo pode ganhar eficiência e se beneficiar em muitos aspectos com o cultivo de uma segunda safra, que vão além da maximização do uso dos fatores de produção. Pode-se citar, como exemplo, a rotação de culturas que permite um controle natural de pragas, ao se mudar o hospedeiro (uma oleaginosa e uma gramínea). Também o uso de certas tecnologias na produção de soja, como a fixação biológica de nitrogênio no solo, reduz o custo de produção e a necessidade de nitrogênio na cultura seguinte, geralmente o milho, reduzindo a necessidade do uso deste insumo químico. A adubação do solo feita para uma safra reduz a quantidade de adubo no plantio da safra seguinte, além de prover a necessária cobertura dos solos e a disponibilidade de resíduos vegetais que preservam sua estrutura orgânica.

Assim, quando se enfatiza a capacidade produtiva da agricultura brasileira, que muitas vezes no exterior é atribuída ao mero avanço sobre florestas e destruição do meio ambiente, cabe àqueles que têm sua atuação profissional próxima a atividade agrícola, inclusive com responsabilidade na formulação de políticas públicas, o papel de



Indicadores da Agropecuária



Conab

Companhia Nacional
de Abastecimento

divulgar estes e muitos outros aspectos que são específicos ao sistema produtivo agrícola brasileiro, e que são os que realmente o torna competitivo em relação aos concorrentes. Como sempre, deve-se começar fazendo um esforço de esclarecimento junto aos próprios brasileiros, mostrando qual é a efetiva base da pujança da nossa agricultura. Muitas vezes é no desconhecimento de brasileiros que se originam desinformações que levam à imagem negativa da nossa produção agrícola no exterior, distorcendo o que é, de fato, a realidade da produção agrícola brasileira.